



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O ENSINO DE SABERES HISTÓRICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Renata da Silva Leite¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo introduzir os estudos acerca da construção da Base Nacional Comum Curricular e promover o entendimento de como o documento regulamenta e direciona a atividade de professores no Brasil, em especial, professores de história. O trabalho conta com a análise do processo de elaboração da BNCC, sua relação com a LDB, a identificação dos objetivos do documento, bem como sua busca em atender os objetivos do governo em vigor e das instituições privadas que o apoiam. A construção do trabalho contou com a análise dos documentos e releitura bibliográfica. O trabalho aqui apresentado não se encontra acabado, convidando assim para novos e profundos debates capazes de analisar o processo de construção da BNCC e pensar criticamente a elaboração desses documentos que norteiam a educação no país.

Palavras-chave: Ensino de História; BNCC; Educação; Ensino Fundamental; História.

INTRODUÇÃO

O Estado é um conjunto de instituições habilitadas com poder soberano de governo em um território delimitado onde as pessoas escolhem a ele se submeter. As normas criadas para regulamentar as diferentes instâncias do país são definidas por tal entidade e a maneira como o Estado se organiza definirá ainda como os serviços chegarão até os cidadãos, no Brasil por exemplo, o fornecimento de serviços considerados básicos e essenciais para a população são de responsabilidade do Estado. O fornecimento destes serviços básicos são frutos de políticas públicas e carecem de plano, estratégias e direcionamentos para que cheguem até a população de maneira democrática, qualitativa e satisfatória.

Os diferentes tipos de governos possuem políticas públicas voltadas para regulamentar a educação e outros serviços, apenas por meio de acordos, debates e votações essas políticas ganharão formato de leis, projetos ou programas, mas, desde que atendam aos princípios previstos na Constituição vigente no país. No Brasil, a Constituição representa a lei maior do Estado e é o documento responsável por assegurar direitos, estabelecer deveres, nortear e regulamentar o cumprimento de regras além de checar as metas alcançadas. No que tange a educação, o documento procura garantir o acesso a educação igualitária, de qualidade e democrática, se preocupa em estabelecer normas para a atuação das escolas, valorização

¹Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, UFRPE. E-mail: renataleitte6@gmail.com



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



profissional, plano de carreiras e abre espaço para ser pensada e planejada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996.

A LDB foi elaborada em meio a disputas e negociações e após sua elaboração passou a receber críticas como antidemocrática, privatista e fruto de um regime neoliberal, o que ocorre até os dias atuais. Contudo, não se pode fechar os olhos para as conquistas e avanços apresentados pelo documento que estabelece as “competências da União, Estados e Municípios e da necessidade de um Plano de Educação Nacional, dos níveis e modalidades (infantil, fundamental, médio e superior, de jovens e adultos, profissional e especial), fundamentos da formação dos profissionais da educação, a origem e as formas de aplicação dos recursos financeiros, e as disposições gerais e transitórias (educação indígena, militar, a distância, prazos e metas para adequação) (FREITAS, p. 150).

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC – documento que norteia e regulamenta o currículo educacional no país, teve sua necessidade prevista desde 1988 e reforçada em 2014 fruto de negociações e pressões de grupos políticos e instituições privadas. Esse documento foi consequência da Lei de Diretrizes e Bases, citada acima, e apenas começou a ser elaborado em 2015. Apesar de sua elaboração ser considerada uma conquista e um avanço por muitos, no meio acadêmico as críticas ao formato da BNCC, e as dúvidas quanto ao atingimento de suas metas, algumas já vencidas, só crescem. Dentre as críticas, uma recorrente é a de que os professores não foram ouvidos e as normas pensadas são elitistas, generalistas e excludente ao não abordar de maneira satisfatória a diversidade cultural brasileira e deixar de fora o debate sobre temas sensíveis, porém muito pertinentes à educação e à cultura.

Na prática, a BNCC irá nortear a formas como os conteúdos serão trabalhados e as habilidades que devem ser desenvolvidas. Nesse sentido, fica a critério de cada estado a forma como tais temas serão trabalhados, ficando livre, inclusive, para inserir conteúdos regionais. Esse último ponto também é motivo de fortes críticas, pois o núcleo de conteúdo é grande, não havendo tempo letivo suficiente para a inserção satisfatória de mais conteúdos, sendo a história regional de grande importância para a aprendizagem do aluno e para o desenvolvimento de uma identidade e sentimento de pertença ao local onde vive. Podemos



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



dizer que algumas das propostas são bem idealizadas e pertinentes e outras bastante fantasiosas, deixando de lado a dura realidade de milhares de professores.

Nesse mesmo contexto, ao analisarmos as interferências, generalizações e reduções que o ensino de história vem sofrendo ao longo da criação da BNCC perceberemos que tais perseguições buscam atender a um projeto de governo que não se interessa em promover uma educação emancipatória e o desenvolvimento de uma consciência crítica na sociedade. A ausência de uma base reguladora do ensino médio por exemplo, também é fruto de um plano maior deste governo vigente, corroborando para o retorno e fortalecimento de uma educação tecnicista e cada vez mais ligada ao mercado de trabalho, situação que já foi vivenciada pelo país em governos passados e não muito distantes no tempo e na memória do povo.

A ELABORAÇÃO DA BNCC

A Base Nacional Comum Curricular foi elaborada contando com a participação de instituições públicas, privadas, professores e especialistas de todo o país. Contudo sua construção se deu em meio a um conturbado contexto político e social de trocas de governos e ainda um impeachment. A primeira versão do documento, que data de 2015, foi criticada e acabou sendo reformulada, no caso específico do ensino de história, no tocante à pouca valorização da história indígena, africana e brasileira, e passou a deixar de lado aquela história europeizada a qual já estamos acostumados.

A versão finalizada da BNCC e utilizada até hoje é alvo de críticas e polêmicas pois o documento reforça a aprendizagem da história cronológica e pensada de maneira a valorizar a cultura europeia, além de deixar de fora temas transversais e importantes ao desenvolvimento dos alunos como a identidade de gênero e questões de orientação sexual. Esse documento é fruto dos embates e tensões causada por grupos religiosos e conservadores, o que revela algo previamente citado aqui, as políticas públicas de um governo são desenvolvidas de modo a atingir seus interesses e também de seus grupos aliados.

NOÇÕES DE COMPETÊNCIAS NA BNCC E O ENSINO INTEGRAL

Como visto, a BNCC é regulamentadora da educação no país. Esse documento irá nortear os fazeres educacionais e os conteúdos a serem trabalhados, mas é importante estarmos atentos para a forma como o documento propõe a organização e o desdobramento dos processos



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

de ensino e aprendizagem com base no desenvolvimento e aperfeiçoamento de um grupo de habilidades que é previamente prescrito no documento. Vamos entender:

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BRASIL, 2018, p. 8).

Segundo a Base Nacional Comum Curricular, essas habilidades são apontadas como essenciais para a modificação e transformação positivas da sociedade, pois são entendidas como conhecimento acumulado pelo indivíduo e que será aprimorado e estimulado na escola, à medida que aluno avança nos diferentes níveis de ensino. Essas habilidades são definidas com base nos preceitos de cidadania e de desenvolvimento humanos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

A educação pautada no desenvolvimento de experiências já vem sendo debatida e desenvolvida em outros países e agora, vem orientando também os estados brasileiros a desenvolverem seu fazer educacional também pautados nesse processo. Esse modelo estabelece o que o aluno deve *saber* e ainda o que ele deve *saber fazer*. De maneira que os conteúdos ou habilidades aprendidas na escola possam ser aplicadas em demandas cotidianas de suas vidas.

Com o desenvolvimento cada vez mais rápido e global da sociedade as propostas de desenvolvimento educacional da BNCC se ocupam de desenvolver o indivíduo por completo, é a chamada educação integral. Independente da carga horária e da modalidade de ensino na qual o aluno esteja inserido, a proposta é que ele tenha acesso a uma formação global, onde com desenvolvimento de habilidades, previamente citado, ele seja capaz de lidar com os problemas e desafios da sociedade contemporânea. A educação integral:

Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto considerando-os como sujeitos de aprendizagem e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (BRASIL, 2018, p. 14).

Nesse sentido, o texto da BNCC propõe o compromisso em desenvolver cidadãos completos, atuantes e cientes de suas responsabilidades sociais. Mais do que isso, a proposta educacional não pode ser reducionista ou limitante, é necessário possibilitar ao aluno mais do



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



que apenas adquirir e absolver informação, mas saber lidar com essas informações na era da informação. Dessa forma, a educação faria mais sentido para o aluno e poderia ser aplicada de forma prática no seu dia a dia, contribuindo assim para gerar autonomia e consciência crítica na hora de elaborar seus projetos de vida.

NOÇÕES DE CONHECIMENTO HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil, hoje considerada parte fundamental da educação básica, como previsto na LDB, tem como objetivo principal desenvolver a criança de maneira integral, como já visto, validando suas vivências prévias para desenvolver novas experiências. O *brincar*, característico da infância, traz possibilidades ao desenvolvimento da criança permitindo a realização de múltiplas atividades como: a prática da socialização, contato com diferentes culturas e comportamentos, o estímulo da criatividade e uso da imaginação, ajudando ainda a desenvolver o respeito pelo outro e contribuindo na formação da sua própria identidade.

Essas possibilidades e tantas outras que ainda podem ser desenvolvidas por meio de atividades lúdicas bem orientadas constituem os direitos básicos de aprendizagem da criança na fase inicial do ensino, previstos na LDB assim como na BNCC. Ainda nesse contexto, é importante destacarmos a interdisciplinaridade que permeia a educação básica infantil, tendo em vista que em uma única proposta de atividade a criança pode ter contato com múltiplos conhecimentos e diferentes temas, seja do âmbito sociocultural ou das diferentes áreas do conhecimento.

No que tange o ensino dos conhecimentos históricos, apesar de não haver conteúdo ou habilidades específicas de história a serem desenvolvidas nessa fase do ensino segundo a BNCC, muitas das experiências propostas e vivenciadas pelas crianças na educação infantil são componentes e preocupações do campo historiográfico, como por exemplo: as noções de tempo e espaço, as interações e percepções com os pares, a identificação do eu e do outro, a apropriação de elementos de sua própria cultura dentre outros temas que trazem consigo uma bagagem histórica.

Enquanto proposta pedagógica, é importante que tais temas sejam trabalhados sempre associados às atividades lúdicas e recreativas para não fugir do contexto da infância e de maneira bastante flexível, levando em conta os diferentes grupos de faixa etária e os diferentes



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ritmos de aprendizagem. É válido ressaltar que essas propostas precisam promover experiências em que a criança seja estimulada e desafiada a desenvolver seus conhecimentos, e o mais importante, aplicá-los no seu dia a dia.

O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS SEGUNDO A BNCC

O ensino fundamental representa a etapa do ensino mais longa na vida do estudante de acordo com a LDB, previsto para ser completado em nove anos, é nesse período que o aluno irá vivenciar mudanças nos diferentes campos da vida, sejam elas cognitivas, físicas, emocionais e outras. O período conta ainda com as etapas de adaptação ao novo formato de ensino, onde a criança terá contato com múltiplos professores, diferentes disciplinas, maiores demandas, dentre outras mudanças e novidades que exigirão também adaptações.

Passada a fase inicial do ensino onde a ludicidade era priorizada na hora de estimular o cognitivo, a criatividade e a curiosidade da criança propondo diferentes experiências, a nova fase, o ensino fundamental nos anos iniciais, irá se ocupar em estimular os 5 processos de aprendizagem previstos na base nacional comum curricular, são eles: a identificação, a comparação, a contextualização, a interpretação e a análise. Esses processos devem ser estimulados e alcançados associados aos conteúdos de história, também previstos pela base, ao longo dos anos iniciais.

A etapa que visa estimular a identificação tem por objetivo permitir que o aluno reconheça a questão ou objeto a ser estudado. São questões pertinentes dessa etapa e que devem ser encorajadas nas crianças: a qual época pertence? quem utilizou? qual sociedade forjou esse objeto? Dentre outros questionamentos. A comparação, segunda etapa, leva a criança a ver o Outro, elencar as informações a respeito de culturas diferentes e entender melhor seus respectivos funcionamentos.

O terceiro processo, a etapa da contextualização e sua estimulação, são de fundamental importância para o aprendizado histórico, é através dela que o aluno poderá identificar e localizar determinado assunto no tempo histórico e compreender melhor as influências culturais e sociais da época. A etapa da interpretação exige conhecimento prévio



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

e observação pois é importante ainda para criar uma relação entre a criança e o objeto de estudo, permitindo fazer questionamentos e entender as organizações cronológicas.

A análise, última etapa do processo e também a mais desafiadora do ensino fundamental anos iniciais, na disciplina de história, objetiva proporcionar ao aluno a reflexão a respeito da escrita histórica e do próprio fazer historiográfico. Analisando escrita, sujeitos, documentos e outros elementos o aluno identificará os objetivos daquela escrita, o contexto em que estava inserida e a quem buscava atender, colaborando assim para a construção de um pensamento crítico a respeito da história e do passado.

Sendo assim, podemos afirmar que o ensino de história na etapa do ensino fundamental tem por objetivo maior ampliar o conhecimento de mundo do aluno, sua percepção do tempo, sua relação com o outro e com outras culturas. O ensino de história se ocupa ainda em trabalhar valores, ética, democracia, ou seja, da própria construção do sujeito. Nos primeiros anos da etapa dos anos iniciais o foco é reconhecer o “Eu, o Outro e o Nós”, após garantir que a criança entenda isso, pode-se dar início ao trabalho com temas que tendem a separar os referidos sujeitos.

Nos 3º e 4º anos os alunos passam a ter contato com temas que exploram suas relações com o espaço onde vivem, aprendem as diferenças entre a vida na cidade e no campo e trabalham os conceitos de público e privado. É nesse momento que se explora a percepção temporal e o aluno é levado a refletir sobre os primeiros humanos que habitaram a terra e como esses grupos viviam. No 5º ano passa-se a explorar a ideias de como os povos teriam evoluído e as diferenças organizacionais entre os povos.

Essas etapas sintetizam as temáticas e habilidades que devem ser estimuladas nas diferentes fases do ensino sempre associadas aos conteúdos da área de estudo, nesse caso, a disciplina de história. Essa seleção de conteúdos são frutos dos debates e embates que permearam o processo de elaboração da BNCC contando com fortes críticas, cortes e perseguições ao ensino de história nos quais vamos nos aprofundar mais para seguir debatendo o contexto gerador das fortes críticas ao documento.

ANÁLISE DAS CRÍTICAS À BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



A construção de uma base comum curricular no Brasil foi um processo bastante complexo e demorado que ao mesmo tempo em que representa avanços para a educação de um país extenso e diversificado, à medida que se propõem ampliar e equiparar a educação, por outro lado esse mesmo processo carrega grandes retrocessos pela forma como foi estruturado e devido aos personagens e pares que participaram do debate e construção de tal documento.

É importante destacarmos ou relembarmos o contexto político e social que serviu de pano de fundo para a construção da BNCC. O impeachment de uma presidenta, prisão de senadores, corrupção em diferentes instâncias do poder e crescente adesão de correntes conservadoras como resposta aos cenários de aparente desordem no país. Esse contexto implicou diretamente na construção da BNCC ao passo que permitia a retirada ou remodelava determinados temas curriculares passíveis da interpretação e condenação de certos grupos políticos.

O campo de estudo da história certamente foi um dos mais afetados negativamente, tendo em vista que é a área de estudo que se ocupa da memória e cultura de um povo essa também é alvo dos governos e governantes de seu tempo. É a História a disciplina responsável por estimular o conhecimento do passado, sua relação com o presente e principalmente o pensamento crítico a respeito dos acontecimentos e personagens históricos. Pensar e planejar uma base comum para o ensino de história permitiu elencar quais temas valiam a pena se passar a diante, de maneira a agradar os grupos e pares que participaram do debate e seus projetos políticos, sociais e econômicos.

A respeito dos grupos e personalidades que participaram da construção e debate do documento, esse tema também é assunto recorrente de fortes críticas pois as diferentes etapas de elaboração do documento não contaram com uma diversidade de profissionais da educação pertencentes a diferentes grupos sociais e contextos educacionais como alguns defendem. As pessoas e instituições que participaram pertenciam a um nicho político e social muito semelhante, as quais por meio da mídia, do investimento em produção de conhecimentos e de seus elevados poderes econômicos tendem a influenciar o âmbito educacional favorecendo a manutenção da lógica de poder e a desigualdade estrutural consequente do neoliberalismo.

Essa proposta educacional onde grandes nomes e grandes institutos privados atuam diretamente ligados à educação é bastante comum fora do Brasil, ocorrendo no EUA desde o



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



século XIX. Esses institutos ganham esses espaços de atuação e influência devido aos altos investimentos em criação de materiais e tecnologias voltadas para a educação, os quais nem sempre representam avanços. Nesse cenário, diversos institutos, universidades e corporações norte americanas foram consultadas e serviram de modelo para os debates e elaboração da base curricular brasileira.

No contexto brasileiro, a fundação Lemann foi uma das principais responsáveis por embasar o processo de criação da BNCC e o próprio documento, influência por sua vez ressaltada pelo próprio grupo. O seu alto poder aquisitivo permitiu-a entrar em contato e em acordo com grandes agentes governamentais, criar e implementar políticas que reafirmassem seus projetos, financiar pesquisas e seminários que ressaltassem a importância de suas ações além de garantir os recursos financeiros para tais fins.

A grande questão que dever ser levada em consideração a respeito da influência da fundação Lemann na elaboração de um documento que regulamenta a educação no país e consequentemente molda a educação pública brasileira, é analisar os reais objetivos da fundação e demais grupos associados. Se por um lado vemos um processo lento de modernização da escola pública e isso pode parecer um avanço, é importante avaliar o status e lucratividade que chegam aos bolsos Lemann, além de ressaltar os modelos educacionais meritocráticos defendido por tais instituições.

Uma proposta educacional pautada na meritocracia despreza muitos dos grandes e diversificados grupos populacionais que compõem o Brasil, e se encontram muitas vezes à margem dos programas educacionais e os quais não são contemplados por propostas meritocráticas. Esse modelo contribui para a desigualdade estrutural e para o fortalecimento político e econômico das elites e não para uma educação igualitária, inclusiva e democrática.

A proposta de construção da BNCC é válida e representa sim um avanço para o modelo educacional brasileiro, contudo o que deve ser revisado e revisitado sempre que possível é a forma como os personagens que compõem a escola pública e as universidades públicas brasileiras participam e contribuem com a construção de tal documento. Se basear e fundamentar um documento de tal magnitude em modelos educacionais internacionais, instituições de elite e em culturas e sociedades distantes do contexto e realidade brasileira apenas contribui para o agravamento das questões educacionais internas do país.



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



O base curricular em vigor, voltada para o ensino de história, satisfaz as necessidades e demandas do Ensino Fundamental, nos anos iniciais, se propondo a estimular e valorizar os conhecimentos de mundo da criança, ora por meio da ludicidade ora pelo aprimoramento de processos educacionais pré-determinados no próprio documento. O objetivo maior do ensino de história nessa etapa formativa é contribuir para a construção do sujeito e para a formação de uma consciência crítica. Nesse mesmo contexto, a proposta para o ensino de história nas demais etapas do ensino básico indica o que foi exposto nesse tópico: a influência de determinados grupos políticos e instituições privadas na educação refletem na ausência de temas específicos pertinentes ao ensino e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias aqui reunidas buscaram lançar um olhar crítico e sensível a respeito da elaboração dos documentos norteadores e reguladores da educação no país. O trabalho aqui apresentado não se encontra acabado, convidando assim para novos e profundos debates capazes de analisar o processo de construção da BNCC e pensar criticamente a elaboração desses documentos que norteiam a educação no país e, nesse caso específico, o ensino de história, que reflete projetos e políticas públicas de governos e dos grupos políticos, financeiros e midiáticos que os apoiam. Nesse sentido, as ações frutos desses projetos de governo podem tanto manter práticas conservadoras, assegurando velhos privilégios aos envolvidos, ou combatê-las. Assim, fica evidente a necessidade do investimento em um processo educacional, de ensino e aprendizagem, que promova a consciência crítica diretamente atrelada aos conhecimentos históricos, para que os indivíduos em formação e já formados sejam capazes de compreender e acompanhar os processos de criação e aplicabilidade da lei, refletindo criticamente sobre elas, sendo autônomos e praticando a cidadania.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria, O ensino de História nos anos iniciais: como se pensa, como se faz. **Antíteses**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/14505>

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>



13 a 16 de junho
Evento Online



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

CAIMI, Flávia Heloísa. A História na Base Nacional Comum Curricular. Pluralismo de ideias ou guerra de narrativas? **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 4, vol.3, jan/jun. 2016.

FREITAS, Itamar. Conteúdos históricos. In: _____. **Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de História (anos iniciais)**. Aracajú: UFS, 2010.

FREITAS, Itamar. **Estado, constituição, lei de diretrizes e bases da educação nacional (ldb) e ensino de história.**

Disponível

em: [https://www.academia.edu/11200188/FUNDAMENTOS_TEORICO-METODOLÓGICOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA ANOS INICIAIS](https://www.academia.edu/11200188/FUNDAMENTOS_TEORICO-METODOLÓGICOS_PARA_O_ENSINO_DE_HISTÓRIA_ANOS_INICIAIS)

MOELLER, K.; TARLAU, R. O CONSENSO POR FILANTROPIA1 Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020.